

HISTÓRIA, ENSINO E TEMPO PRESENTE: A MEMÓRIA E A FIAÇÃO DO PASSADO

History, teaching and present time: the memory and the spinning of the past

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva
Docente da Graduação e Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3889-0021>
profabiouema@gmail.com

Recebido em: 11/10/2020
Aprovado em: 10/01/2021

Resumo: O texto aqui apresentado busca discutir a importância da memória para o atual contexto do Ensino de História. Desse modo, essa análise está ancorada na perspectiva de que, apesar de não sermos os únicos fiadores do passado, somos os violadores de memória atravessados pela intenção da verdade, ainda que esta, esteja para nós, singularizada na nossa forma de reivindicação. Para tanto, buscamos discutir a importância da memória para a compreensão da História no tempo presente. Além disso, tivemos preocupação de analisar também a importância do método para o ensino de História, bem como a praticidade operativa da nossa disciplina, utilizando para isso, o samba como possibilidade de fonte para nossa operatividade.

Palavras-Chave: História do Tempo Presente, Memória, Ensino de História.

Abstract: The text presented here seeks to discuss the importance of memory for the current context of History Teaching. Thus, this analysis is anchored in the perspective that, although we are not the only guarantors of the past, we are the memory violators crossed by the intention of the truth, even though it is, for us, unique in our form of claim. To this end, we seek to discuss the importance of memory for the understanding of history in the present time. In addition, we were concerned to also analyze the importance of the method for teaching History, as well as the operational practicality of our discipline, using samba as a possibility of source for our operativeness.

Key words: History of Present Time, Memory, Teaching of History.

1. Introdução

A história tem passado permanentemente por uma série de elaborações, principalmente após a queda do paradigma iluminista que buscava a legitimidade do ato de fazer história pautada na busca de uma verdade científica. Dessa forma, o professor não passava de um atravessador de saberes, tendo como preocupação o repasse dessas verdades para o seu alunado. Isso contribuiu para que se elaborasse um saber histórico alicerçado pela ideia de que o passado poderia ser construído e reconstruído, a fim de que se pudesse, de fato, compreender aquilo que realmente aconteceu.

Nesse ínterim, a forma e os ensinamentos da feitura da história tinham como principal missão levar a verdade dos fatos aos alunos, verdade essa transmitida de geração a geração por um grupo de intelectuais que assegurava o seu saber a partir das fontes que legitimavam essa verdade. Assim, a relação aluno/ professor era uma relação caracterizada por um mestre que explicava as causas e as consequências do ocorrido, enquanto ao aluno cabia a função de apreensão desses acontecimentos.

Recentemente, a crítica acerca do fazer histórico veio como um contributo para que os historiadores começassem a se preocupar com a atual configuração da disciplina História. Nesse sentido, a narrativa, o discurso e a crítica literária são elementos que podem ajudar a perceber o que é e o que é fazer história hoje.

A história é uma narrativa do passado. Tal assertiva tornou-se uma máxima para os historiadores. Mas o que vem a ser o passado? Este de fato existe? Se a história é o que afirmamos do passado, conseqüentemente, é discurso? E se o passado não existe, se o que existe é o que afirmamos sobre este, o que poderíamos afirmar sobre o presente? O presente existe em história ou o que existe é o que dizemos do presente? Para respondermos tais questionamentos buscamos aferir a forma como reivindicamos o passado e a verdade historicamente construída.

Sabemos que o que há de mais notável na história é que os fatos por ela descritos são passados e fatos passados já não são acessíveis à inspeção direta. Ou seja, não podemos testar a exatidão de afirmações históricas simplesmente verificando se correspondem a uma realidade conhecida independentemente. Embora o passado não nos seja acessível de forma direta, deixou-nos uma série de traços sobre si mesmo no

presente, seja na forma de documentos, edifícios, moedas ou outros elementos intangíveis.

O dever de historiador não é apenas basear todas as suas afirmações em provas existentes, mas decidir também quais são as provas, à medida que busca reconstruir de forma inteligível o passado. Assim, do passado se buscam as memórias, os elementos conceptuais que contribuíram para o fazer presente dos indivíduos, sujeitos históricos.

Que a história é o estudo do passado, todos concordam. Mas que passado? O passado humano? Se essa for a resposta, existem áreas do passado das quais a história não toma conhecimento – por exemplo, as áreas que precederam a evolução do homem até chegar ao tipo de criatura que é hoje. Por isso, não seria pretensão da nossa parte afirmar que a história é sim o estudo do passado: do passado humano.

Se o nosso papel é narrar o passado, devemos ter segurança em relação a esse gênero literário. Os cronistas criticam os historiadores e, certamente, aqueles não sabem fazer história, como estes também não sabem narrar a história, ou pelo menos, não têm arcabouço teórico para perceber a importância da narrativa para contar o passado. Ressalta-se que o fato de afirmarmos que vamos contar o que aconteceu no passado não nos tornamos cronistas. No entanto, o conhecimento da crônica, da literatura e de outros elementos que nos ajudam na nossa escritura é de imenso valor.

Certamente não somos literatos. Por não o sermos nos ocupamos de sinais que, se não são verdadeiros, ao menos tiveram a tendência de ser. O que vai diferir o historiador do cronista é o fato de que este trabalha com o acontecimento e tem uma noção de verdade. Porém, trabalhar com o que diferencia de outro campo de saber não significa que não podemos utilizar as técnicas desses saberes. Assim, quando o historiador narra o passado, este deve se limitar àquilo que aconteceu, construindo o que pode ser chamado de uma narrativa direta, ou além de dizer o que aconteceu, também deve ao menos tentar explicar por que aconteceu. Assim, nossa narrativa deve ser “significativa” ou direta?

Devemos fazer da história aquilo que “precisamente aconteceu” ou podemos significar o acontecimento? Essa é uma escolha singular, haja vista que cada um, na sua escrita, escolhe – de forma arbitrária mesmo – a melhor forma de narrar o passado. O que não pode acontecer é o esquecimento das regras da narrativa, no sentido de que nós

historiadores devemos ter como elemento definidor uma grande segurança daquilo que nos distingue dos cronistas, literatos, jornalistas e qualquer estudioso que também se utiliza do passado como ferramenta de trabalho.

Se a história é passado, qual o papel do presente na história? O passado pode ser um elemento de suma importância para percebermos, não de forma profética, algumas características do presente. Salienta-se que não temos o papel de elaborar certezas sobre o que está e o que pode ainda acontecer no presente, mas corroboramos o modo de pensar do qual nos aproximamos, ou pelo menos tentamos nos aproximar do passado, é porque esse passado nos é interessante no presente. Sendo assim, o presente é um objeto do historiador? Pode o historiador fazer uma história do presente?

2. A Memória e a História do tempo presente

Nada mais importante do que o ato de contar a vida. O conto, a narrativa e a representação do passado só podem ser feitos a partir do lembrar, ato mnemônico que pode ser elaborado dentro da possibilidade do sensível. Assim, o visto, o sensível e apreciado são condições indispensáveis para a prospecção da memória.

A condição do lembrar é assunto corrente dentro das ciências humanas, o que vem suscitando uma série de debates sobre os espaços de memória, o lugar de memória, memória coletiva, individual, memória ressentida e até mesmo contra-memória. Poderíamos saber que nos esquecemos de algo se esse algo está esquecido? Será que podemos reconhecer o que se coloca fora da experiência sensível?

O objetivo deste trabalho não é mostrar os limites das abordagens teóricas que disputam a primazia ao se debruçarem acerca da memória – mesmo porque a nossa operacionalização do saber mnemônico é atravessada pela noção do sensível. Apesar disso, os outros olhares sobre o estudo da memória jamais poderão ser descartados no decorrer do trabalho, uma vez que esses servirão de substrato para o enriquecimento da pesquisa.

Memória e sensibilidade são condições inseparáveis do viver. Não conseguimos estabelecer uma noção de memória fora do sensível, fora do mundo exterior. A sensibilidade do homem e os reflexos desta no mundo terreno são condições essenciais

para não nos tornarmos vítimas de uma amnésia coletiva, uma vez que nos tempos da condição pós-moderna, o passado parece esgotar-se no seu próprio passar. Tudo é efêmero, tudo está destinado ao esquecimento, mesmo que esqueçamos que estamos esquecendo.

A prepotência do presente encontra na memória uma reação contra o fugaz, contra o tornar-se nada, pois se tudo passa permanentemente, tornamo-nos um nada. Dessa forma, nada fica e nada somos. A memória seria, portanto, o resguardo de um tempo que vive em constante evaporação, seria a possível reação contra a perda irreversível da nossa identidade. Assim, o ato de lembrar e a sedução das lembranças tornam-se a resistência ao expurgo da nossa vivência que é constantemente jogado fora no esquecimento.

Diante desta conjuntura, a memória tornou-se uma arma eficaz na luta contra a imposição do imediatismo, contra o vazio temporal imposto pelo apagamento do vivido, é a forma eficaz de manter vivas as lembranças, acendendo as luzes do passado, mesmo que este acender seja feito com um mero ato de apertar um botão no presente. Assim, as lembranças devem ser evocação de vida, ou mesmo convocação da vida, pois o ato de contar é experimentar lembranças e celebrar, até mesmo na dor, aquilo que foi lembrado.

O ato de lembrar é uma das maneiras de sermos: lembramos e logo existimos, sentimos o palpável. Por isso que, mesmo sendo o retorno dentro de uma concepção nietzschiana, o pior dos fardos a ser carregado, não compartilhamos com a assertiva de que o homem pode ser feliz sem a lembrança.

A lembrança é condição inefável do existir, pode ser um produto da elaboração da tristeza, mas, assim como a vida pode ser impossível sem o esquecimento, o é também sem o ato de lembrar. Mesmo que esse ato de lembrar, na percepção de Derrida (1994), possa ser comparado à dor daquele que vela um corpo que não mais existe. O que não pode ser compartilhado pelo olhar de Ricouer (2007) uma vez que para este, não há outro acesso melhor ao passado do que através da memória.

Compartilhando com a premissa de Rousso (2007, p. 97) quando afirma que “a questão ritual das diferenças entre história e memória parece estar ultrapassada”, concebemos que a criação dos lugares de memórias é elaborada a partir do momento em

que as lembranças coletivas já não são partilhadas, quando os rituais sociais e os ritmos foram violados. Ressalta-se que para Albuquerque Júnior (2007, p. 199) somos manipuladores de memória “sejam escritas ou orais, as memórias individuais ou coletivas têm se transformado numa das fontes cada vez de maior importância para o trabalho de gestão da História”.

Temos, assim, a operacionalização da memória do passado, cuja falha pode ser o esquecimento de dados, o substrato utilizado para a feitura deste trabalho. Como a memória, para Albuquerque Júnior (2007), é um ser múltiplo, corroboramos o referido autor quando este leva em consideração os diferentes níveis que compõem a “memória individual”.

E, sabendo que esses signos sensíveis ultrapassam os limites da temporalidade, salientamos as ideias de Albuquerque Júnior (2007, p. 201): “a memória involuntária, que chamaremos de reminiscência, é um nível em que a ‘memória individual’ é violentada por choques provenientes de signos sensíveis”.

Desse modo, compartilhamos com Rouso (2007, p. 54) quando afirma que “a história é uma forma de memória, mas nem todas as formas de memória são história”. A história é uma prática epistêmica que ao ser organizada, documentada e contada parte do princípio de verdade. Contamos a história de algo que aconteceu, e para contarmos esse acontecimento partimos de uma operacionalização de um saber racionalizado pautado no domínio da arte de reinventar o passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Margareth Rago (1995), no artigo “O Efeito Foucault na historiografia brasileira”, afirma que de um minuto para outro todas as nossas frágeis, desgastadas, mas reconfortantes seguranças, haviam sido radicalmente abaladas por uma teoria que deslocava o intelectual dos seus espaços e funções orgânicas, questionando seus próprios instrumentos de trabalho e modo de produção.

Segundo Rago (1995), o efeito Foucault foi tão avassalador que provocou reações diferenciadas: de um lado, levou a revitalização do Marxismo, outros mais ou menos timidamente cercaram-se das concepções de Foucault tentando entender de onde vinham e por onde apontavam. Tratava-se, pois, de uma nova maneira de problematizar a história, de pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do

historiador. Não uma discussão sobre narrativa propriamente dita, mas sobre as bases epistemológicas de produção da narrativa enquanto conhecimento histórico.

Foucault (1996) questionava o estudo da história centrada no desejo de transformação social numa emocionada aposta na revolução. Ao questionar esse pressuposto, Foucault afirmou que a história não é mais do que um discurso. Paul Veyne (1988), nesta direção, mostrou que a história é uma forma cultural, através da qual os homens na contemporaneidade se relacionam com seus eventos e com o seu passado. Por isso, segundo Veyne (1988), a história é uma forma de conhecimento, uma escrita e não uma ação.

Portanto, a partir da concepção foucaultiana, o discurso é materializado junto com uma construção social, com suas próprias regras, normas, saberes e poderes. Não é o espelho da sociedade, não é neutro e nem deve ser considerado como verdade absoluta. Por isso, o documento histórico escrito não deve ser considerado como uma fonte detentora de verdades absolutas e imparciais, tornando-se necessária uma análise externa do seu discurso. Ou seja, quem fala, de onde fala e por quem fala. Assim, a dizibilidade foucaultiana tenta restaurar a liberdade da palavra, recuperando a continuidade das práticas que possam informar saberes diferenciados; por isso, Foucault busca ressaltar as descontinuidades, o começo e não a origem. Assim, a história, sob a ótica de Foucault, é nominalista, uma prática discursiva que participa da elaboração do real, pois o real para Foucault é materializado a partir do discurso, uma vez que não existe fora da linguagem.

A partir desses pressupostos, a história pode ser considerada como uma arte narrativa, próxima da ciência, mas distante da elaboração científica do século XIX. A experiência, sob a visão foucaultiana, “não é uma voz do passado que precisa ser esquecida e precisa ser salva, mas uma fissura no silêncio, silêncio a que está condicionada a maior parte dos seres humanos e de suas experiências” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 139). Deste modo, Foucault rompe com o silêncio do passado e, a partir das condições do saber no século XX, consegue contribuir para a elaboração de um novo sujeito: o sujeito histórico. Portanto, o passado se configura, dentro da elaboração foucaultiana, como uma grande guerra que os homens do presente travam a fim de dar, nesse tempo presente, novas explicações no

sentido de tentar romper com as verdades históricas estabelecidas sobre o sujeito homem na atualidade.

Outro expoente que afirma que todas as grandes tradições historiográficas perderam sua unidade fragmentando-se em propostas diversas frequentemente contraditórias é Chartier. Para Chartier (2002), o desafio lançado por uma nova história das sociedades da qual a micro história italiana pode ser considerada como uma modalidade exemplar consiste, portanto, a necessária articulação entre, de um lado, a descrição das percepções, das representações e das racionalidades dos atores e, de outro, a identificação das interdependências desconhecidas que, juntas, delimitam e informam suas estratégias.

Ao longo de sua obra “*À beira da falésia*”, Chartier (2002) discute o porquê da importância da noção de representação, demonstrando, dentre outros aspectos, que a história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força.

Chartier (2002) ratifica a ideia dos historiadores que consideram que a escrita da história pertence ao gênero da narrativa com a qual compartilha as categorias fundamentais. No entanto, afirma que somente com a tomada de consciência da distância existente entre o passado e sua representação, ou como afirma Ricoeur (1994), entre o que um dia foi, e não é mais, pode se desenvolver uma reflexão sobre as modalidades, ao mesmo tempo comuns e singulares da narrativa da história.

Porém, é importante salientar que Chartier (2002) não compartilha com Hayden White (2001), visto que este não identifica no discurso da história se não um livre jogo de figuras retóricas, mas uma expressão entre outras da invenção ficcional. Contra essa dissolução do estatuto do conhecimento da história, Chartier (2002) ratifica que a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade; que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso; e que seu conhecimento pode ser controlado.

Para Chartier (2002), o trabalho do historiador está dividido em duas exigências. A primeira, clássica e essencial, consiste em propor a inteligibilidade mais adequada possível de um objeto, de um corpus, de um problema. A segunda, obriga a história a travar um diálogo com outros questionamentos filosóficos, sociológicos, literários etc.

Somente através desses encontros, a História pode inventar questões e forjar instrumentos de compreensão mais rigorosos.

3. A importância do método para o ensino de História: um olhar sobre o dizível de Jorn Rüsen

Embora estejamos sempre dialogando com outros fiadores do passado, e esse passado sendo apropriado e reapropriado por nossos pares, é o método que possibilita e especifica o pensamento histórico, tornando-o científico. Desse modo, o valor do debate teórico metodológico e o alcance científico desse debate é que possibilita ao professor uma melhor apreensão da sua episteme, para que estando a par de nossa singularidade epistemológica, saiba diferenciar a forma como alcançamos e compreendemos o passado.

Após o giro linguístico influenciado pelo seu maior expoente – Hayden White – quando passa a afirmar que o texto, mesmo sendo histórico, não passa de um artefato linguístico, elaborado pelas mesmas regras, normas e princípios literários, a narrativa passa a se tornar mais importante que o ensino e a pesquisa, deixando essa prática em um plano secundário.

Em resposta à crise epistemológica, Jörn Rüsen nos oferece, a partir de uma complexa pesquisa conceitual, respostas para o problema da relação entre método, pesquisa e ensino de história, demonstrando a importância da metodização para a compreensão dos nossos pressupostos narrativistas. Ao analisar e refletir sobre a nossa especificidade narrativa, Rüsen não reduziu nossa dizibilidade a aspectos literários, ao contrário, buscou comprovar que nossa escrita está atravessada pela, e intimamente ligada aos procedimentos metodológicos.

Para Rüsen, os historiadores elaboram suas narrativas a partir de produtos cognitivos híbridos e, portanto, pautado em propriedades normativas empíricas e estéticas. Essas propriedades ao chegarem ao ensino como forma de apresentação, são atravessados por uma operatividade metodológica que é essencial para que a história tenha sua validade científica.

Nosso desafio reside em como nos apropriamos do passado, dando a este uma atualização a partir dos olhares e questionamentos que dirigimos às fontes. Assim, buscamos uma orientação temporal, tendo como elemento o presente do qual fazemos parte. Somente a partir do presente é que nos dirigimos ao passado e buscamos reinvidicar sua forma de representação, seja ela em texto, pesquisa ou ensino.

Retornando ao presente com funções didáticas, o passado é ensinado a partir da mediação entre método e sentido, ainda que tal ensino também esteja embasado por uma representância narrativa constituída do conhecimento histórico, pois o passado ao qual nos referimos e nos apropriamos é o passado humano, carregado de experiências e sentido que somente a partir da historiografia podemos nos apropriar.

Na obra” *A Reconstrução do Passado*”, (2007) Rüsen se esforça para compreender e comprovar que, apesar de não sermos os únicos fiadores do passado, somos distintos. Com nossa distinção se faz possível, partir de nossas elaborações metodológicas, afinal, o passado que nos chega, ainda que sempre revisitado, sempre tem como suporte epistêmico, sua intenção de verdade.

É, para Rüsen, o princípio de metodização que possibilita a diferenciação dos nossos textos, e o modo como lidamos e ensinamos a cultura do passado. O passado, ainda que, em função das eternas visitas às fontes, sempre estará mudando, na medida em que, as nossas perguntas jamais serão as mesmas. O passado, com o tempo no presente, tem a carência e necessidade de se ajustar a novos critérios do presente.

O âmbito em que nossa argumentação se efetua é a teoria e a metodologia. Somente a partir da apropriação da nossa episteme é que temos condições de pesquisar, escrever e ensinar novos olhares acerca do passado, pois é a qualidade temporal que distingue os conceitos históricos nos quais estão ancorados o passado humano.

Estamos sempre visitando o passado e, de acordo com as perspectivas orientadoras de Rüsen só podemos reconstruir o passado a partir dos nossos métodos de pesquisa. Assim o método se configura como um princípio de matriz disciplinar. É o método que confere ao nosso passado o status de ciência, independentemente da forma que narramos, ou ensinamos a respeito do passado.

São os modelos de interpretação, com suas perspectivas de orientação que, ao dirigir olhares sobre o passado, contribuindo para analisar as experiências humanas,

torna a experiência do homem uma experiência histórica. Desse modo a forma como investigamos o passado é que estabelece a relação com o presente, bem como os critérios de cientificidade do mesmo. Somente com o método é que esses critérios de cientificidade podem ser alcançados para depois ser ensinados.

O método permite que a pesquisa apresente o passado do homem como algo que sempre pode ser superado. A pesquisa histórica permite, a todo instante a comprovação de que toda história é provisória, pois a mesma é eterno resultado de orientação temporal, e por isso determinadas e atravessadas pelos homens em suas épocas.

Por essa razão Rüsen nos apresenta metodologicamente as operações essenciais que são inerentes aos trabalhos do historiador, seja ele na feitura do texto, na apropriação do passado ou na compreensão do mesmo ao trata-lo como ensino. Assim, as divide em operações substanciais e processuais.

Ainda que tais operações apresentem em suas complexas compreensões uma linha tênue, as diferenciações destas se fazem necessárias para que o historiador possa, de forma eficaz, se apropriar do passado. Desse modo, heurística, crítica, interpretação hermenêutica, analítica e dialética são operações metódicas que possibilitam explorar experiências históricas e singulares.

Certamente não teremos a preocupação de analisar cada uma dessas operações, pensamos que, ainda que todas sejam importantes, não devemos estender uma profunda análise das mesmas, já que Rüsen, ao se apropriar do passado nos presenteou com tais análises. No entanto, o historiador precisa, independente da forma metódica, avaliar que as fontes oferecem, para o presente, uma satisfatória resposta ao nosso questionamento acerca do passado.

Enquanto a heurística se faz atravessar pela intersubjetividade, reunindo e examinando as fontes a fim de responder às nossas questões, a crítica tem como ponto essencial a objetividade histórica regulada metodologicamente pela empiria. Na analítica o tempo é experimentado como possibilidade, aparecendo como algo naturalizado em que o epocal deve ser levado em consideração para a compreensão do agir humano. Já, na dialética “as estratégias hermenêutica e analítica são combinadas para que sejam percebidas, na justaposição entre as experiências do tempo humano e do tempo natural, experiências propriamente históricas” (DA SILVA, 2009, p. 13)

Para Rüsen, método e sentido são fundamentais para que a experiência histórica não seja tratada como um fim em si mesmo, mas para que o historiador, independente da forma como representa o passado, ao ensinar algo sobre esse passado, perceba que ainda que nossa escrita seja mediada e analisada linguisticamente, nós temos a nossa especificidade narrativa, por essa razão:

Nenhum saber histórico é amorfo. O saber histórico desempenha sempre funções na vida cultural do tempo presente. Forma e função são essenciais ao trabalho do historiador. É mesmo em sua forma e em suas funções que o saber histórico se completa. Somente nelas é que ele toma vida. É com elas que ele responde às carências de orientação que suscitou. São elas que tornam necessários e significativos todos os esforços de reflexão da história como ciência (RÜSEN, 2007, p.147)

O nosso saber, a nossa fiação do passado, ao ser representado no presente, atravessado pela nossa forma de fazer – método – possibilita que continuemos a requerer nosso estatuto de saber científico. Ainda que Rüsen observa que não temos que ter preocupação somente com a qualidade linguística do texto historiográfico que escrevemos o nosso saber histórico é construído esteticamente. Assim:

Com esses elementos [linguísticos], a subjetividade dos destinatários é interpelada no plano em que lida com a força sensorial, simbólica e representativa da relação com o mundo, da autoexpressão e da autocompreensão. Não se trata mais apenas da qualidade literária dos textos historiográficos. A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ela torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto. (RÜSEN, 2007, p.130)

A nossa construção de sentido, ainda que necessite do método para se singularizar, se faz presente naquilo que chamamos de universo cultural contemporâneo, uma vez que é na contemporaneidade que buscamos analisar o que se passou, pois presentificamos e damos sentido ao que passou a partir da experiência que temos do e no tempo. Passado e presente transcendem ao tempo. Desse modo:

Toda orientação histórica da vida humana prática baseiase no pressuposto incontornável de que a vida humana prática já é orientada, ainda mesmo antes de qualquer constituição narrativa de sentido. [...] Essa circunstância prévia da orientação histórica, como condição da possibilidade da vida humana prática, é a base objetiva e o ponto de partida subjetivo de toda atividade da consciência histórica e de todo entendimento comunicativo dos construtos narrativos de sentido. Pode ser descrita como tradição, como presença pura e simples do passado no presente. Nela, a história está sempre “viva”, como força influente das chances de vida previamente decididas e como apreensão significativa do processo temporal dos atos que fazem a vida humana. [...] Afirmação, como condição necessária da orientação histórica, constitui o *topos* da narrativa tradicional e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponder (RÜSEN, 2007, p. 45).

Criamos nossas próprias regras ao nos apropriarmos do passado, pautadas nos nossos princípios de regularidades, bem como nas nossas experiências históricas. É na história que o homem se torna sujeito do seu tempo, é com ela que rememoramos a experiência do vivido, que atribuímos sentido ao presente, exarando aquilo que se foi, ainda que o “passado tem de ajustar-se a critérios de sentido novo, que levam a novas representações, e essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa e novas formas de apresentação” (RÜSEN, 2007, p.122)

Tomando a história como essencial na vida prática, instruindo os sujeitos no tempo, a aprendizagem histórica para Rüsen objetiva a transformação do homem para que os mesmos possam construir suas identidades. Desse modo, Rüsen entrelaça vida prática e sujeito para que o pesquisador e o professor de história compreendam que o nosso conhecimento necessita ser sistematizado e metodizado. Assim, o passado, enquanto ação e sentido deve também ser levado em consideração no ato de ensinar.

O historiador precisa ter, a partir da sua episteme, a capacidade de construir sentido histórico ao passado, dando a ele interpretação e coerência narrativa, pois damos sentido ao passado na medida em que narramos no presente. Desse modo estabelecemos, ainda que na contemporaneidade, uma intersubjetividade discursiva que entendemos ser nossa narrativa, dando sentido assim, a uma relação dialógica entre nós e os outros.

4. O enredo Brasil: a importância do samba para o Ensino de História

Na primeira metade do século passado em função dos desdobramentos políticos, sociais e culturais, a intelectualidade brasileira começou a se preocupar em definir os elementos construtores da nossa identidade nacional. Era preciso compreender o que de fato, dava à sociedade brasileira a sua condição de brasilidade. Institucionalmente, o hino e a bandeira tornaram-se símbolos de um novo Brasil que estava surgindo, porém a nossa condição de identidade passa a ser atravessada pela elaboração melódica hoje conhecida como samba.

Segundo Hermano Viana (2007) o samba não é apenas criação de grupos negros pobres moradores dos morros do Rio de Janeiro, mas que outros grupos, de outras classes e outras raças e outras nações, participaram desse processo, pelos menos como “ativos” espectadores e incentivadores das performances musicais. Dessa forma, o samba, assim como a nossa sociedade, está atravessado pela miscigenação e, por isso, passou a ser a melhor representatividade da nossa condição de ser

Elaborado em um momento em que outros ritmos - como o maxixe e o sertanejo – já tinham seus espaços consolidados, o samba surge como um ritmo forte, vivaz e o melhor, bem distante das referências musicais europeias. Assim, um gênero musical que teve sólidas raízes na periferia negra, extremamente discriminado por grande parte da elite e profundamente perseguido pela polícia conseguiu se transformar em símbolo da nossa identidade nacional.

O samba, por ser o primeiro gênero de música popular brasileira a conquistar junto ao público o status de representante da nossa identidade nacional, acolheu em seu universo uma maior diversidade social e estética. Através dessa diversidade, chegou a se desdobrar em categorias derivadas e sincréticas como a marcha-rancho, a marcha-frevo, o samba-lenço, o samba-canção, o samba-enredo, o samba de breque.

O samba enredo é atravessado por elementos que constituem o chamado samba moderno, uma vez que atende a algumas caracterizações, como uma temática própria, um paradigma rítmico e um contexto, ou situação social. Nesse sentido, compreendemos que a música popular brasileira é pautada por uma série de gêneros e subgêneros.

Essa diversidade dificulta em muito uma elaboração coerente no intuito de dar conta da sua tipologia e sua dinâmica interna, haja vista que essa elaboração é caracterizada por uma variedade musical que se faz presente em um ou outro gênero dificultando até mesmo aos maiores cultores saberem em qual gênero musical a sua produção se encaixa.

Levando em consideração que o sistema semiótico da música popular brasileira não se caracteriza somente nos versos, mas também na melodia, na voz e mesmo nos arranjos musicais, o que é necessário para compreendermos o que é um samba-enredo ou samba-canção? Luiz Tati, na obra *“O cancionista: composição de canções no Brasil”*, afirma que o samba se firma como um ritmo ou até uma batucada enquanto o samba-canção neutraliza suas arestas e se impõe pela melodia. Por isso é que Carlos Sandroni (2001) afirma que a batida é, de fato, na música popular brasileira, um dos principais elementos pelos quais os ouvintes reconhecem os gêneros.

Mesmo sabendo que outros elementos são indispensáveis na configuração de uma noção de gênero musical, como a dimensão verbal, vocal, e melódica, bem como a própria produção e recepção do gênero, a batida é de fato o grande elemento para tal definição. Assim como a batida do surdo marca o samba, a batida dos nossos corações marca o ritmo das nossas vidas. E o samba – independentemente do gênero ou subgênero – com sua melodia, letra e musicalidade é um grande elemento de significação da vida. Por isso, concordo com o saudoso Caymmi: “quem não gosta de samba, bom sujeito não é, é ruim da cabeça, ou doente do pé”.

Se a batida do surdo marca o andamento das nossas vidas, nada mais interessante que demonstrar como o samba enredo pode ser utilizado por nossos alunos e professores para compreender parte da nossa história e, já que estamos falando de samba e identidade, de quando o Brasil se tornou Brasil, pensamos que o período varguista pode servir de substrato para demonstrarmos a importância do samba como fonte para o Ensino de História. Para isso, corroboramos com a perspectiva de Assim, Oliveira Júnior e Cipola (2017), ao propor o seguinte processo:

Música em Sala de Aula



Desenvolvimento do ensino aprendizagem



Desenvolvimento Afetivo



Desenvolvimento Cognitivo



Desenvolvimento Motor



Desenvolvimento do Convívio Social

De acordo com os autores o gênero samba, pode não só favorecer na facilitação do aprendizado do conteúdo, mas no desenvolvimento de várias áreas. Além disso a utilização da música no Ensino de História deve ultrapassar a proposta de análise do dizível, ainda que essa também seja importante, uma vez que a partir da letra podemos compreender a norma culta, os versos, as poesias, a rima dentre outras questões. Como exemplo observemos o samba a seguir:

Eu trabalhei

Eu hoje tenho tudo, tudo que um homem quer

Tenho dinheiro, automóvel e uma mulher!

Mas, pra chegar até o ponto em que cheguei

Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei.

Eu hoje sou feliz,
E posso aconselhar;
Quem faz o que eu já fiz
Só pode melhorar...
E quem diz que o trabalho
Não dá camisa a ninguém
Não tem razão. Não tem. Não tem.

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YtcuKjdrA6M>>. Acesso em: 05/ agosto de 2020.

Composição de Roberto Roberti e Jorge Faraj, e interpretação de Orlando Silva, essa letra pode ser compreendida a partir da elaboração identitária que o Estado Vargas desejava consolidar. A partir da letra podemos analisar o samba e observar seu alargamento nacionalista e conseqüentemente o uso de uma memória nacional, entendendo qual era o estereótipo de trabalhador, bem como de nação que o governo idealizava. Os versos: “eu hoje tenho tudo que um homem quer”, “tenho dinheiro, automóvel e uma mulher”, ratifica um personagem identitário de trabalhador almejado pelo governo Vargas.

Além disso, o samba destaca a figura do homem que, ao desejar tudo, consegue, a partir das suas conquistas materiais, também conquistar a mulher, o que nesse sentido, pode dar uma conotação complementar que, para se ter uma mulher é necessário trabalhar, consolidar conquistas materiais, para depois constituir família, nos fazendo lembrar da perspectiva de Botton (2007), ao afirmar que foi construída e naturalizada em nossa sociedade uma dominação masculina.

Da Matta (1997) analisa o carnaval brasileiro de forma relativizada e invertida, razão pela qual as hierarquias e os papéis sociais, no tempo de alegria, se transfiguram. Por essa razão Da Matta define as escolas de samba como “escolas de vida”, pois para o

antropólogo essas não ensinam uma profissão, mas a própria vida atestada por inumeros sambas. Para consolidar essa perspectiva damos como exemplo o samba de Antonio Lopes e Jaú:

Senhor Delegado
Senhor delegado
Seu auxiliar esta equivocado comigo
Eu já fui malandro doutor
Hoje estou regenerado
Os meus documentos
Eu esqueci mas foi por distração
Comigo não
Sou rapaz honesto trabalhador
Veja só minha mão

“Senhor Delegado” In: Gilberto Mathias e Gilberto Gil. *Antologia do Samba – choro*, Philips Phonogram, 1978.

Ainda que tenha surgido no Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1920, caracterizado como um desocupado, brigão, que tinha na região da Lapa sua ambiência criminosa, os malandros mostraram sua destreza, vivendo muitas vezes fora da ordem estabelecida. Por essa razão a malandragem pode ser vista como um espaço social de crítica e reflexão sobre a vida, os costumes, a moral e o trabalho. Desse modo, o samba de Antônio e Jaú conseguem expor o jogo de interesse sutil entre a sociedade e o Estado. Para o Estado era necessário um homem de família, trabalhador, e para isso, a vigilância era permanente, pois uma vez malandro o indivíduo deveria sempre ser policiado

Esse foi apenas dois exemplos, de como o samba, a partir da sua letra, pode ser utilizado como fonte para o Ensino de História. Certamente essas obras não pretendem departamentalizar fronteiras culturais nítidas e nem determinar o que é ou não é ser

brasileiro no período varguista e pós varguista. No entanto, devemos lembrar que samba é cultura e por isso está fadado a variadas interpretações. O que fizemos aqui foi somente exemplificar, a partir de um olhar, como essa expressão cultural pode ajudar na compreensão da nossa história, afinal, os modos de ser, pensar, falar e cantar, pode sim revelar parte da sociedade que representa, principalmente quando essa representatividade está ancorada naquilo que compreendemos como história do tempo presente.

4. O Contemporâneo, a Memória e a História

Pensar o presente na história, ou o presente da história, é cair na incerteza do tempo. O tempo não pertence ao historiador. O tempo, como bem afirmara Agostinho (2000), é uma concepção psicológica, o tempo não existe, ele vai se esvaziando sobre nossas mãos. O tempo de fato não nos pertence, ou seja, o que fazemos é uma tentativa de cronometrar o tempo, damos a ele uma significação, mas não podemos torná-lo concreto.

Sendo assim, o presente existe na história? Quais os critérios utilizados para recortarmos o tempo presente? Quando começa a contemporaneidade? Até onde o pós-moderno, em se tratando de tempo, vai sobreviver? Esses questionamentos são de extrema importância para o historiador que se utiliza daquilo que chamam de história do tempo presente, mesmo porque, se o passado não existe, o mesmo podemos dizer do presente? O presente quando for narrado já deixou de ser presente, por isso, “Thompson afirma que, ao historiador, caberia trabalhar o passado, o presente seria pertinente aos estudos da sociologia” (MULLER, 2007, p. 17).

Não teremos como preocupação aqui definir qual o objeto da sociologia ou da história, ou o que diferencia o objeto de ambas; a nossa preocupação, de fato, é tentar perceber qual o lugar do presente na historiografia contemporânea. O presente é um campo seguro para o historiador? Se o passado é simplesmente aquilo que já aconteceu, existe uma história do presente? Qual a importância da memória para contarmos a história?

Esse é um aspecto ainda tênue, pois se a história é a narrativa do passado, o presente só é narrado quando esse mesmo presente se tornou passado. O presente é imediato, é construído, é passagem, é movimento. Portanto, podemos dizer que é praticamente impossível narrar o presente, pois esse é extremamente efêmero. Para que ele possa ser narrado, ao menos aos olhos dos historiadores, deve tornar-se passado, não porque o passado é o nosso objeto de estudo, mas tão somente porque apenas conseguimos dizer algo, do ponto de vista histórico daquilo que já passou, não de algo que está acontecendo. Esse “estar acontecendo” pode até pertencer ao saber histórico, no entanto, só podemos narrar sobre o acontecer quando o mesmo se tornar acontecido. Ainda assim, mesmo no tratamento daquilo que passou, não significa afirmar que a elaboração do passado possa ser construída como de fato foi, pois o que fazemos é uma significação discursiva acerca de acontecimentos que ocorreram no passado, seja ele próximo ou distante do nosso tempo terreno, seja ele lembrado ou relembrado, coletiva e individualmente, pois mesmo sendo coletiva a memória é uma faculdade individual. Desse modo, a história é um objeto de construção cujo lugar não é o tempo presente, mas as elaborações feitas por homens do seu tempo e sobre acontecimentos ocorridos num passado – seja recente ou longínquo.

Se esse acontecer não nos pertence, qual a saída para aqueles que fazem história do tempo presente? Exatamente o tempo presente é um recuo da história. Nesse sentido, até onde podemos recuar para percebermos o presente na história? Quais os espaços temporais para se definir o tempo presente na história? Onde ele começa? Até que ponto nos lembramos dos acontecimentos para que os mesmos possam se tornar história?

Se levarmos em consideração os que definem a história a partir de um paradigma moderno, dando a esta um lugar de progresso, a Segunda Guerra Mundial seria “o marco de distinção entre o que seria o tempo passado e o tempo presente na pesquisa histórica” (MULLER, 2007, p. 18). Nesse sentido,

Chamamos a atenção para duas instituições que vêm trabalhando com a noção de História do Tempo Presente. São elas o Institut d'Histoire du Temps Present (IHTP), criado na França nos anos 70 e vinculado ao CNRS, com um corpo de pesquisadores e publicações majoritariamente dedicadas aos estudos sobre a história francesa do pós guerra bem como sobre teoria e método; o Institute of Contemporary British History, vinculado à University of London, que vem organizando conferências e seminários sobre a história britânica do século XX, em especial pós Segunda Guerra Mundial. (MULLER, 2007, p. 19)

Esses são alguns dos exemplos concretos de instituições que vêm se preocupando com o tempo presente como objeto de estudo da história e, se o presente é para essas instituições objeto da história, cabe a nós historiadores indagarmos qual o critério que poderia definir o que pode ser considerado como história do tempo presente.

Assim, Muller (2007) define o tempo presente na história embrenhado de questões: Quando começa o tempo presente? Com a Primeira Grande Guerra? Com a Segunda Guerra Mundial? Ou com a Queda do Muro de Berlim? Além desses elementos que poderão definir o começo desse novo campo da história, outra não menos significativa indagação seria: qual o método utilizado para a construção da história do presente, ou, pode a história do tempo presente ser uma disciplina? Qual a importância da memória para a ressignificação da história do contemporâneo? O tempo presente é um tempo da pós-contemporaneidade ou faz parte do mundo contemporâneo?

Certeau (2002) pode contribuir para o direcionamento de tais questões quando nos pergunta o que fabrica o historiador quando “faz história”. Dando elementos para o diagnóstico de tal questão, afirma-nos que a operação histórica é uma combinação de um lugar social e de suas práticas científicas. Desse modo, a “organização da história é relativa a um lugar e a um tempo” (CERTEAU, 2002, p. 28). Por isso, cada sociedade deve se pensar historicamente de acordo com os instrumentos que lhe são próprios.

O olhar sobre o passado é atravessado pelo presente, na medida em que esse passado é “antes de tudo um meio de representar uma diferença” (CERTEAU, 2002, p. 40). Assim, o olhar acerca do passado nunca deixa de ser um dado segundo uma lei presente que pode definir esse mesmo passado, mas tal definição se constrói concomitantemente a uma distância mantida pelo historiador, uma vez que esse distanciamento em relação ao conhecido presentifica uma situação vivida.

A partir dessa perspectiva, poderíamos incorrer numa infinidade de pensamentos e não queremos cair na incerteza do inexplicável. O que podemos salientar é que essa é uma escolha singular. Não podemos deixar de criticar Muller (2007) e o *Institute of Contemporary British History*, haja vista que ambos se ocupam da definição dos métodos e do recorte temporal do Tempo Presente, como elemento de recorte temporal, os fatos ocorridos no mundo europeu. Todos os exemplos citados pela referida autora

foram os acontecimentos europeus ocidentais. Assim, poderíamos indagar: tal assertiva, do existir de uma história do Tempo Presente não seria uma saída para a tentativa de continuidade de uma pseudo-supremacia da historiografia europeia ocidental?

Além disso, escrever sobre o acontecido é escrever sobre as dificuldades daquilo que presenciamos – como bem lembrou Hobsbawm (1995) em seu livro “A Era dos Extremos”. Assim, Heller (1993, p. 333), ao escrever sobre o presente na história afirma que: “História não é simplesmente a história do nosso passado, mas a história do passado do nosso presente e também do nosso presente”. Nesse sentido, a distinção entre presente e passado é muito tênue, é algo que depende fundamentalmente das nossas escolhas teóricas e práticas.

Essa não deixa de ser uma escolha arbitrária. Além disso, desde Tucídides, a história do Tempo Presente é praticada, pois podemos citar uma série de historiadores do Tempo Presente, desde a Antiguidade Clássica até o referido tempo presente. Estaria Tucídides fazendo história do tempo presente quando escreveu sobre a Guerra do Peloponeso? Assim,

Evocar Tucídides é recordar, a propósito de uma obra que foi não apenas escrita no calor do acontecimento, como por um responsável notório pelo curso que este seguiu, que a operação histórica visa, antes de mais nada, à busca de uma linha de inteligibilidade, de uma relação de causa e efeitos, meios e fins, barulho e sentido. (LACOUTURE, 2005, p. 290)

Estaria, para darmos um exemplo, mais próximo do Tempo Presente, Trotsky fazendo história do tempo presente quando escreveu sobre a história da Revolução Russa? O que podemos compartilhar é com o olhar de que fazer a história do tempo presente é talvez romper com a noção de tempo que veio sendo construída a partir da modernidade. Aquele tempo do progresso da ciência da certeza. No entanto, do ponto de vista historiográfico, mesmo quando estamos escrevendo sobre o tempo presente, estamos narrando o passado, pois esse presente já passou. Por isso, talvez a melhor definição da História do Tempo Presente seja “aquela escrita no nosso tempo, a partir de saberes, das idéias, da cultura do nosso tempo” (MULLER, 2007, p. 28).

4. Considerações finais: Que História ensinar?

O historiador, ao escrever sobre história, faz da sua a imagem do trabalho de um artesão do presente, sempre buscando novas formas de arte a fim de poder construir novos produtos em busca de novos mercados. Assim, o historiador e professor de história deve buscar novas formas de abordagens para que possa construir seu saber. Mas, na perspectiva de ensino da história, qual a relação entre esta e o presente? Podemos pensar o presente como uma nova forma de construção do ensino de história? Caso afirmativo, uma das ferramentas para a construção desse saber deve ter como preocupação a prospecção da memória. Desse modo, o uso da memória é de vital importância para a compreensão do mundo atual.

Essa é uma ideia coerente na caracterização da tarefa da História. Não por se admitir aí uma missão atravessada pelo comprometimento com a construção de uma história atual, mas, sobretudo, porque tal como um artesão do presente, o historiador precisa trabalhar com os elementos que constituem o mundo atual. Dessa forma, a rememoração de um passado recente pode ser uma tarefa mais prazerosa para os alunos que, muitas vezes, não se interessam por assuntos que não fazem parte do seu contexto, que, de fato, não faz parte da sua história.

Nessa perspectiva, o historiador e professor jamais deve esquecer que somos objetos da história, e como tal, sofremos influência do meio em que estamos inseridos. Assim, as memórias recentes serão nossas fontes que permitirão a compreensão de conjunturas atuais na medida em que somos violadores de memória e manipuladores dessas fontes.

Por outro lado, uma série de elementos serve de empecilho para se pensar em um ensino voltado para o presente, que vai desde a necessidade de seguir um currículo imposto pelas instituições educacionais, bem como pela inépcia de grande parte dos profissionais que ainda pensam em uma história que tem como objetividade a compreensão do passado. Certamente que não estamos questionando a história como um passado, no entanto, não compartilhamos com a ideia de possibilidade de compreensão dos fatos passados como se os mesmos pudessem vir à tona a partir da escritura do historiador.

Desse modo, o presente aqui foi tratado como um passado recente, o que não deixa de ser passado, porém não com os olhares e as perspectivas que eram dadas ao passado enquanto objeto da história. Por isso, o recuo acerca do passado aqui tratado como presente deve ser uma das ferramentas utilizadas para que se possa construir uma história de fato preocupada com as mudanças que estão por vir.

Quantas vezes não nos arvoramos da ideia de que somos construtores de uma sociedade mais crítica e coerente! Diversas vezes, historiadores e professores de história se diziam responsáveis pela construção de uma sociedade consciente. Daí, nada mais plausível e coerente do que pensar e utilizar o presente para que se possa alcançar determinado nível de consciência.

Se a história é uma disciplina que tem como elemento de preocupação o conhecimento acerca do passado, para que se possa construir uma sociedade mais crítica e consciente, nada mais coerente do que pensarmos esse passado recente, aqui tratado como presente. Caso consigamos compreender o presente, tratá-lo como objeto da história e conseguirmos diagnosticar problemas e até mesmo tratar de tentar encontrar algumas soluções para o caos social no novo milênio, aí teremos alcançado o verdadeiro objetivo do saber histórico.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar Memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007.

_____. Experiência: uma fissura no silêncio. In: **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano -1: Arte de fazer**, Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2002.

DA SILVA, Rogério Chaves. Método e Sentido: A pesquisa e a historiografia na teoria de Jorn Rüsen. Florianópolis, **Revista Catarinense de História**, 2009.

DA MATTA, Roberto. **Carnaval, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**. Tradução de Marcos Santarita. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: _____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In _____. **História do Tempo Presente**. São Paulo: EDUSC, 2007.

MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In _____. **História do Tempo Presente**. São Paulo: EDUSC, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, A. P. A. ; CIPOLA, E. S. M. . Musicalização no processo de aprendizagem infantil. UNAR. **Revista Científica do Centro Universitário de Araras "Dr. Edmundo Ulson"**, v. 15, p. 126-141, 2017.

RAGO, Margareth. **O efeito Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, p. 67-82, out, 1995.

RICOUER. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.** Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro 1917-1933.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

VIANA, H. **O mistério do samba.** 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: UNB, 1988.

WHITE, Hayden. **Tópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura.** São Paulo: Edusp, 2001.